

Cartografia da violência na construção narrativa de “regiões perigosas”: um processo de estigmatização reforçado por noticiários criminais

Mapping violence in the narrative construction of “dangerous regions”: a process of stigmatization reinforced by criminal news

Hendryo Anderson André

Doutor em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor substituto do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba, Brasil. E-mail: hendryoandre@gmail.com

Resumo:

O objetivo deste trabalho é refletir sobre como o jornalismo reforça a estigmatização de *regiões perigosas* e, por extensão, das pessoas que as habitam. No estudo propõe-se um diálogo entre taxa de homicídios, representações de violência em noticiários criminais e percepções de telespectadores que vivem no espaço mais estigmatizado pelos programas. O objeto empírico é formado a partir de uma análise de conteúdo de 80 edições do *Balanço Geral* e do *Tribuna da Massa* e de entrevistas em profundidade com seis telespectadores que vivem no bairro Cidade Industrial de Curitiba. Embora os dois telejornais estigmatizem a região como violenta, os participantes ligam a noção de *perigo* a outros lugares, o que aponta para o território geográfico tanto como um dispositivo de estigmatização quanto como uma comunidade de referência relevante para a produção de sentidos.

Palavras-chave:

Jornalismo; Televisão; Estigmatização; Produção de sentidos; Crimes.

Abstract:

This paper aims to reflect on how journalism reinforces the stigmatization of *dangerous regions* and, consequently, the people who inhabit them. The study proposes a dialogue based on the homicide rate, representations of violence in criminal news and the perceptions of viewers who live in the geographical area most stigmatized by these programs. The empirical object is formed from a content analysis of 80 editions of *Balanço Geral* and *Tribuna da Massa* and from in-depth interviews with six television viewers living in the Cidade Industrial de Curitiba. Although the two TV news stigmatize the region as violent, the participants associate the notion of *danger* with other places. This attitude reinforces the geographical territory both as a stigmatizing device and as a relevant community of reference for the production of meanings.

Keywords:

Journalism; Television; Stigmatization; Production of meanings; Crimes.

INTERIN, v. 26, n. 2, jul./dez. 2021. ISSN: 1980-5276.

1 Introdução

No conto *Sobre o rigor da ciência*, Jorge Luís Borges descreve uma situação pitoresca: alguns cartógrafos receberam a missão de desenhar o mais perfeito mapa de um reino. Meticulosos e metódicos, eles acrescentaram reiteradamente tantos detalhes à carta que acabaram por construir uma planta com a mesma área do império. Realizada a obra tão opulenta, a representação perdeu sua principal finalidade: permitir ao leitor acessar informações sobre um território sem ter que desbravá-lo por completo, de modo que “as gerações seguintes entenderam que este dilatado mapa era inútil e, impiedosamente, entregaram-no às inclemências do sol e dos invernos”¹ (BORGES, 1946, p. 53, *tradução livre*). Entre as interpretações, o conto critica princípios positivistas da ciência, com ênfase para o corolário da especialização, e os próprios limites das representações.

Sob o viés normativo, o idealismo presente na cultura profissional dos jornalistas aproxima a ocupação aos anseios dos cartógrafos descritos pelo escritor argentino. Enquanto uma “atividade de natureza técnica caracterizada por compromisso ético peculiar” (LAGE, 2014, p. 21), o jornalismo faz referência a si próprio como um *cão de guarda* da democracia, embora tal responsabilidade sempre tenha sido partilhada entre várias instituições. Para cumprir essa *missão*, o profissional precisaria assumir um papel de interlocutor comprometido a ceder, de forma equitativa, voz dos poderosos aos desvalidos ou, ainda, alguém com *vocação*, cujo vínculo com o ofício ultrapassaria as aspirações da vida privada.

O jornalismo hegemônico durante o século XX, que vem perdendo confiança junto ao público (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003; TOFF *et al*, 2020), constituiu-se socialmente a partir da ideologia da objetividade (MARTINO, 2009; TRAQUINA, 2005) como um espelho da realidade – ou uma cartografia em tamanho real, para usar a analogia da abertura. Uma percepção que na prática tem se mostrado não apenas ingênua, mas improdutiva. Entender a profissão como um mapa limitado mas útil e o profissional como um cartógrafo pode ser um terreno fértil para demonstrar certo protagonismo à área, sobretudo em um contexto de crise epistemológica no qual

¹ No original: “Las generaciones siguientes entendieron que ese dilatado mapa era inútil y no sin impiedad lo entregaron a las inclemencias del sol y de los inviernos”.

aumenta a descrença sobre instituições modernas consagradas, entre elas, a ciência, a política e, claro, o próprio jornalismo (KAKUTANI, 2018).

No contexto da globalização ganham notoriedade ainda outras formas de fazer jornalístico, inclusive as que valorizam a perspectiva regional. Entre elas estão os noticiários criminais, gênero historicamente marginalizado e que tem entre suas principais propriedades narrativas a construção de personagens estigmatizados (ANDRÉ, 2018). Tanto a estigmatização, a prática habitual de leitura de mundo que permite avaliar o outro – sobretudo, o diferente – de forma caricata, quanto a invisibilidade social, recurso interpretativo ligado à negação da individualidade do outro (ATHAYDE; BILL; SOARES, 2005), ganham relevância na circulação das notícias criminais.

Com esse contexto em mente, busca-se no presente estudo refletir sobre como o jornalismo criminal, embora busque algumas aproximações com os informativos de referência e valorize a cobertura local, reforça a estigmatização de *regiões perigosas* e, por extensão, das pessoas que as habitam. Para tanto, o texto inicia com uma reflexão sobre o espaço geográfico como comunidade de referência, procedida pela apresentação dos procedimentos metodológicos relativos a uma análise de conteúdo de 80 edições dos dois principais noticiários criminais curitibanos, *Balanço Geral* e *Tribuna da Massa*, no período entre outubro e dezembro de 2017, e do conteúdo de entrevistas em profundidade com seis telespectadores que habitam a Cidade Industrial de Curitiba, bairro onde houve a maior incidência de violência na primeira fase da pesquisa, ocorrida em setembro de 2017. Na sequência, a análise centra-se em comparar as estatísticas oficiais de homicídios do bairro e suas representações nos telejornais, bem como as percepções de moradores da localidade que assistem aos dois noticiários.

Como resultado, observa-se que, embora os programas estigmatizem o local como violento, algo reconhecido pelos participantes, os entrevistados ligam a noção de *perigo* a outras localidades, quase sempre em consonância com as demais regiões também estigmatizadas pelos próprios noticiários, o que aponta para o quanto o espaço geográfico é, ao mesmo tempo, um dispositivo de estigmatização e uma comunidade de referência relevante para a produção de sentidos.

2 Espaço geográfico: estigmatização e comunidade de referência

Mesmo com as reconfigurações provocadas pela globalização, a necessidade de pertencer a um bairro, cidade, estado e/ou país é uma forma de representação essencial para a formação identitária de qualquer pessoa (ATHAYDE; BILL; SOARES, 2005; WOODWARD, 2014). Assim como o nome, a profissão ou a religião escolhida, o clube de futebol, a visão política e tantos outros fatores, o espaço costuma se constituir como sinônimo de segurança por ter relação direta com a forma como as sociedades foram organizadas.

Em contrapartida, pré-julgamentos sobre localidades distantes já faziam parte do imaginário social antes mesmo da própria invenção da escrita, há pouco mais de 5 mil anos, já que histórias sobre mundos desconhecidos eram narradas, sem compromissos com a verossimilhança, via tradição oral (BURKE, 2008). Desde a segunda metade do século XV, contudo, período que marca o início das atividades mercantis e – não por coincidência – das primeiras iniciativas de exploração comercial da imprensa (THOMPSON, 2013), a prática de estigmatizar o outro a partir de sua vinculação com o espaço geográfico ganhou especificidades e amplitude.

Nos séculos XVII, especialmente na Inglaterra, e XVIII, nos demais países centrais, as narrativas literárias de massa se popularizaram (SODRÉ, 1988). Já as ancoradas no real, base para a institucionalização do jornalismo informativo, passaram a integrar definitivamente a dinâmica social a partir da segunda metade do século XIX (LAGE, 2014; TRAQUINA, 2005). Em um mundo cada vez mais interligado economicamente, essas narrativas criaram e reforçaram representações sociais de diferentes grupos. Mesmo com o compromisso com a objetividade, rótulo desses novos produtos informativos, a visibilidade não poderia se construir de maneira neutra. Formas de preconceito foram criadas e enraizadas, inclusive, pelo próprio estatuto positivista que moldou a ciência e a maior parte das instituições que ganharam protagonismo na modernidade.

Com a invenção da fotografia e, especialmente, da televisão, a circulação de imagens ganhou contornos nunca vistos. A força dessas figuras do discurso contribuíram para a estruturação do processo de modernização ocorrido no Brasil e na

América Latina ao longo do século XX (FAORO, 1992; MARTÍN-BARBERO, 2015; ORTIZ, 2001) e para as reconfigurações do mundo globalizado (SANTOS, 2011).

Como elemento de vinculação entre tipo social e caráter, o território do outro se tornou argumento para naturalizar diferenças sociais a partir da estigmatização e, conseqüentemente, da invisibilidade social. Significa dizer toda pessoa, voluntariamente ou não, constrói percepções a respeito de outras regiões e, por extensão, de seus habitantes. A noção geográfica, mesmo de localidades desconhecidas, está intimamente ligada às narrativas midiáticas (JACKS, 1999), inclusive às jornalísticas.

Com ironia, Sodré (2012) classifica os jornalistas como os *últimos positivistas do mundo*, alcunha que deve ser vista com certa preocupação já que, especialmente nessas primeiras décadas do século XXI, essa lógica, constituída a partir de um imperativo histórico que conciliou saber e poder (FOUCAULT, 2004), parece sofrer questionamentos para além do âmbito acadêmico. A crise na modernidade (DUARTE JUNIOR, 1997; GIDDENS, 1991), refratada em tensões que envolvem a própria percepção sobre os fatos e a relativização da verdade (KAKUTANI, 2018), gera tensões epistemológicas sobre o próprio significado da razão no ocidente (SANTOS, 2002). Como consequência, produz indagações sobre as instituições que ganharam protagonismo a partir dessa forma de objetivar o mundo.

Quando as atenções se voltam para a cobertura de temas ligados à segurança pública, por exemplo, observa-se como o jornalismo funciona como um dos principais dispositivos capazes de estigmatizar determinadas regiões geográficas, algo que legitima preconceitos e viola direitos fundamentais. Essas áreas passam a ser vistas como perigosas, inabitáveis, locais onde impera uma espécie de *lei da selva*, algo que é projetado aos habitantes. Não há necessidade de nascer no Rio de Janeiro ou São Paulo, por exemplo, para conhecer a reprodução de preconceitos acerca de localidades como a Rocinha ou Paraisópolis, embora não reste dúvidas de que essas regiões sejam menos violentas do que suas representações. Os próprios centros urbanos são caracterizados como espaços essencialmente violentos; e cada cidade possui suas próprias “regiões perigosas”.

A estigmatização é um processo estruturante, mas precisa ser relativizada ao se avaliar as questões sobre territorialidade. Os espaços geográficos, conforme dito,

detêm capacidade de produzirem sentidos. Para Jacks (1999), os sentidos se formulam por meio da conjugação de duas comunidades: as de *apropriação*, entendidas como “os diferentes ‘âmbitos de significação’ através dos quais a mensagem televisiva transita dentro de uma mesma audiência, até que ganhe uma interpretação final, mas supostamente não definitiva” (JACKS, 1999, p. 58) e as de *referência*, uma consequência da primeira, à medida que “pertencer a diversas comunidades de apropriação faz com que o receptor tenha diversas ‘comunidades de referência’, cuja relevância no processo de recepção vai ser determinada pela situação empírica do objeto de análise” (*ibid.*, 1999, p. 58–59).

Interessa aqui lançar olhares para o território como uma comunidade de referência. Como postulado, não há como imaginar que uma notícia possa estar desvinculada de um espaço físico, mesmo que não haja identificação ou exibição de imagens da localidade no material, e também de um tempo específico. Por isso, o espectador tende a preencher os vazios semânticos das mensagens, informações necessariamente ausentes em qualquer texto, com saberes prévios, produzindo, a partir de leituras preferenciais, *sentidos preferenciais* (ESCOSTEGUY; JACKS, 2005). Nesses vazios semânticos se encontram conhecimentos oriundos das mais diversas comunidades de referência com as quais o indivíduo tem contato, bem como sua personalidade e estado de ânimo durante o consumo.

Na presente pesquisa, a comunidade de referência é formada por pessoas que assistem cotidianamente ao *Balanço Geral* e ao *Tribuna da Massa* e que vivem na Cidade Industrial, bairro curitibano com a maior exibição de crimes pelos telejornais durante o desenvolvimento do estudo, explicado no próximo item.

3 Noticiários, público e procedimentos metodológicos

A investigação original contemplou uma análise de conteúdo de 80 edições do *Balanço Geral* e do *Tribuna da Massa* (outubro a dezembro/2017), e um estudo de recepção com 18 telespectadores (setembro/2018) que habitam exatamente as três regiões onde houve maior exibição de crimes: os municípios metropolitanos de São José dos Pinhais e Colombo – onde ocorreram as maiores incidências de crimes, respectivamente, no *Balanço Geral* e no *Tribuna da Massa* – e a Cidade Industrial de

Curitiba (CIC), bairro da capital paranaense onde foram veiculados mais crimes pelos dois noticiários.

Os procedimentos metodológicos foram divididos em duas fases: 1) Análise de conteúdo quanti-qualitativa dos noticiários para entender a construção de personagens na narrativa criminal, levando em conta categorias como região geográfica, faixa etária, gênero, etnia, renda, ocupação e acesso formal à educação; 2) Entrevistas com a finalidade de compreender como a audiência interpreta e se apropria desses programas cotidianamente. Neste artigo trabalha-se apenas com o recorte geográfico e os entrevistados de Curitiba.

A análise de conteúdo, quando vinculada a outras perspectivas teórico-metodológicas, como a entrevista, pode qualificar a abordagem. Com o método, há potencialidades de identificar construções simbólicas e descobrir estratégias narrativas em produtos jornalísticos (HERSCOVITZ, 2010). Além disso, pode se conciliar com os estudos de recepção por identificar a visão narrativa estruturada pelos meios de comunicação. Já a entrevista, a mais flexível técnica de coleta de dados (GIL, 1999), tem potencial para a “compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos” (GASKELL, 2002, p. 65). Ainda que ligada a objetivos claros e pré-definidos, nela o pesquisador tem autonomia para interferir no processo, tornando a atividade científica menos imutável.

Para o escopo deste trabalho houve um recorte de parte da primeira seção do questionário semiestruturado que serviu de norte para a execução das entrevistas, a qual lida, essencialmente, com questões identitárias e com as percepções de mundo que os participantes têm sobre a região onde moram a partir dos sentidos produzidos a partir dos noticiários. O questionário e as transcrições completas estão anexados na pesquisa original (ANDRÉ, 2018).

Para compreender como o parâmetro geográfico se estrutura nos processos de estigmatização é preciso descrever, sucintamente, algumas características dos telejornais, vistos diariamente em mais de 150 mil residências de Curitiba e Região Metropolitana (O CANAL, 2017) e cujas audiências oscilam entre a segunda e terceira

colocações no horário do almoço². O *Balanço Geral*, veiculado desde 2008, é exibido entre meio-dia e 14h25 pela RICTV, afiliada da Rede Record. O programa na época da análise era apresentado por Gilberto Ribeiro, que trabalhava no rádio e na televisão já havia mais de 30 anos. Já o *Tribuna da Massa*, existente desde 2001, é o mais antigo noticiário criminal em exibição em Curitiba. Veiculado pela Rede Massa, afiliada do SBT, entre 11h45 e 14h00, é apresentado desde setembro de 2017 por Eleandro Passaia.

Com versões locais exibidas pelas afiliadas da Record em 21 estados e no Distrito Federal, o *Balanço Geral* é um dos principais produtos informativos do grupo Record, a ponto de criar uma ideia de *regionalização padronizada* (HAMILTON, 2008), característica também presente em âmbito regional no *Tribuna da Massa*, que tem versões locais em sucursais pelo interior do estado. Os dois noticiários carregam como marca registrada a *personalização*, o último com maior ênfase, característica percebida em produtos informativos cuja essência está no confronto “contra a predominância de concorrentes mais antigos e com maior audiência. É a busca pelo diferencial a partir do estilo da apresentação, fortemente ligada ao apresentador” (HAMILTON, 2008, p. 101).

Esses telejornais segmentados (EMERIM, 2014) têm cada vez mais buscado vínculos com o telejornalismo que se constituiu no Brasil como referência, cuja marca é a padronização. É possível perceber no tratamento narrativo, inclusive, certa redução da exploração de imagens sensacionalistas, embora permaneçam juízos de valor sobre a violência, que vincula e desvincula, respectivamente, vítimas e agressores, a questões caras à audiência, como a família de padrão heteronormativo, a moral do trabalho, a religião de matriz cristã e, por fim, o apoio às forças ostensivas de segurança (ANDRÉ, 2021).

O tratamento narrativo/discursivo das notícias tem relação direta com as próprias localidades e com o perfil de público. Embora o *Balanço Geral* seja o único

² A título de ilustração, a partir dos dados coletados em 29/12/2017 (sexta-feira), dia de encerramento da análise de conteúdos dos noticiários, a RPCTV, afiliada da Rede Globo no Paraná, tinha média de 11,33 pontos no Ibope entre às 11h45 e 14h25, respectivamente o horário de início do *Tribuna da Massa*, que registrou 5,26 pontos, e encerramento do *Balanço Geral*, que registrou 8,27 pontos. Segundo a medição, cada ponto equivale a 11,3 mil residências em Curitiba e Região Metropolitana (O CANAL, 2017).

a disponibilizar o perfil do público-alvo, é possível inferir que a audiência presumida pelo *Tribuna da Massa* seja similar quando levada em conta a temática, o horário de exibição e a publicidade. Os dados disponibilizados (RICTV, 2018) apontam que a audiência é formada majoritariamente por mulheres (63% da audiência). No recorte etário, 25% do público tem entre 50 e 59 anos, e 36% acima de 60 anos. Por fim, o noticiário é voltado principalmente à classe C (51% da audiência), cuja renda varia entre dois e quatro salários mínimos (PILLI, 2019).

Fora o recorte de gênero, os participantes convergem para o perfil mais presente na audiência presumida. Com exceção de um entrevistado (E1), todos têm renda abaixo de quatro salários mínimos (classe C e DE) e há pensionistas e aposentados (E1, E2, E3). Os mais novos têm, respectivamente, 40 e 53 anos (E6, E2) e os demais a partir de 60 anos. Sobre a frequência de consumo, três acompanham os telejornais todos os dias (E1, E3, E5) e dois perdem, no máximo, uma vez (E6) ou duas vezes (E4) por semana. Apenas uma entrevistada vê ocasionalmente (E2). O nível de engajamento também é alto: com exceção de E2, que vê até 30 minutos, e E5, que acompanha até uma hora por conta do tempo de intervalo para o almoço, os demais afirmam consumir as edições completas.

4 Cartografia dos crimes: a noticiabilidade das “regiões perigosas”

Além da exibição recorrente de temas ligados ao universo dos crimes, o caráter local é uma das principais características dos noticiários, sobretudo no *Tribuna da Massa*. Na análise de conteúdo, que reuniu 950 inserções noticiosas no período entre 6 de outubro e 29 de dezembro de 2017, sete a cada 10 crimes veiculados nos 28 municípios que formam a Região Metropolitana de Curitiba ocorreram na capital. A cobertura da violência na cidade é desigual, embora encontre algumas consonâncias com as estatísticas oficiais.

Questões relativas à própria noticiabilidade fazem com que o jornalismo não funcione como um reflexo da realidade – ou um mapa em tamanho real. Esse princípio ocorre porque a noticiabilidade, “todo e qualquer fator potencialmente capaz de agir no processo de produção da notícia” (SILVA, 2014, p. 52), constitui-se por uma perspectiva da notícia como uma construção, que depende tanto de fatores técnicos

quanto culturais. Por isso, é aceitável sob o prisma do jornalismo que diferentes homicídios tenham, a partir de singularidade (GENRO FILHO, 1987), visibilidades discrepantes. Levadas a cabo, essas questões interferem não apenas na midiaticização de um acontecimento, mas também no conjunto de notícias sobre determinado assunto, o que explicaria o fato de as representações da violência nos telejornais divergirem dos índices oficiais, conforme tratado ao longo deste tópico. Não há exatamente problema quanto a isso, mas sim no fato de que, conforme os resultados do estudo, a regra seja negligenciar as estatísticas. Durante o monitoramento, em apenas uma reportagem³, que se propunha a fazer um balanço dos crimes em Curitiba, os números foram contextualizados.

A cidade de Curitiba tem 75 bairros, divididos em 10 subáreas, chamadas de regionais. A Regional CIC, onde fica a Cidade Industrial, concentrou, de forma análoga entre os dois noticiários, 8% das exposições específicas da capital, número apenas menor que o da Regional Centro (com 22% das menções divididas entre 15 bairros). Há discrepâncias entre as subáreas, sobretudo pelo fato de que as representações de violência nos bairros que formam o perímetro central não estão vinculadas ao tipo social que os habitam, e sim ao fluxo de pessoas das mais variadas partes da cidade. Essa percepção se ratifica quando é realizada uma distinção pela natureza dos crimes.

Segundo os dados extraídos da análise de conteúdo, vários fatores auxiliam para construir o imaginário do bairro Cidade Industrial como uma região perigosa⁴, desde o horário de ocorrência dos crimes veiculados (dois terços à noite ou de madrugada) até relatos que se reduzem às transgressões, ou seja, que não propõem quaisquer causas e consequências que extrapolem o âmbito criminal (quatro a cada cinco casos). Há ainda a prevalência no bairro de tipos de crimes estigmatizados como específicos das periferias, tais como homicídios (um em três) e tráfico de drogas (um em quatro). Assim, metade das inserções veiculadas na Regional CIC pertence à categoria de crimes contra a pessoa (por exemplo, homicídios e lesões corporais),

³ Tribuna da Massa. *Polícia comemora aumento das prisões de homicidas em Curitiba*. 29. dez. 2017.

⁴ Além do bairro que dá nome à regional, pertencem à subárea outros três: Augusta, Riviera e São Miguel. Somados, eles registraram cinco homicídios em 2017, contra 71 apenas do bairro Cidade Industrial.

contra um terço dos crimes na Regional Centro, onde prevalecem violações contra o patrimônio (especialmente, furtos e roubos).

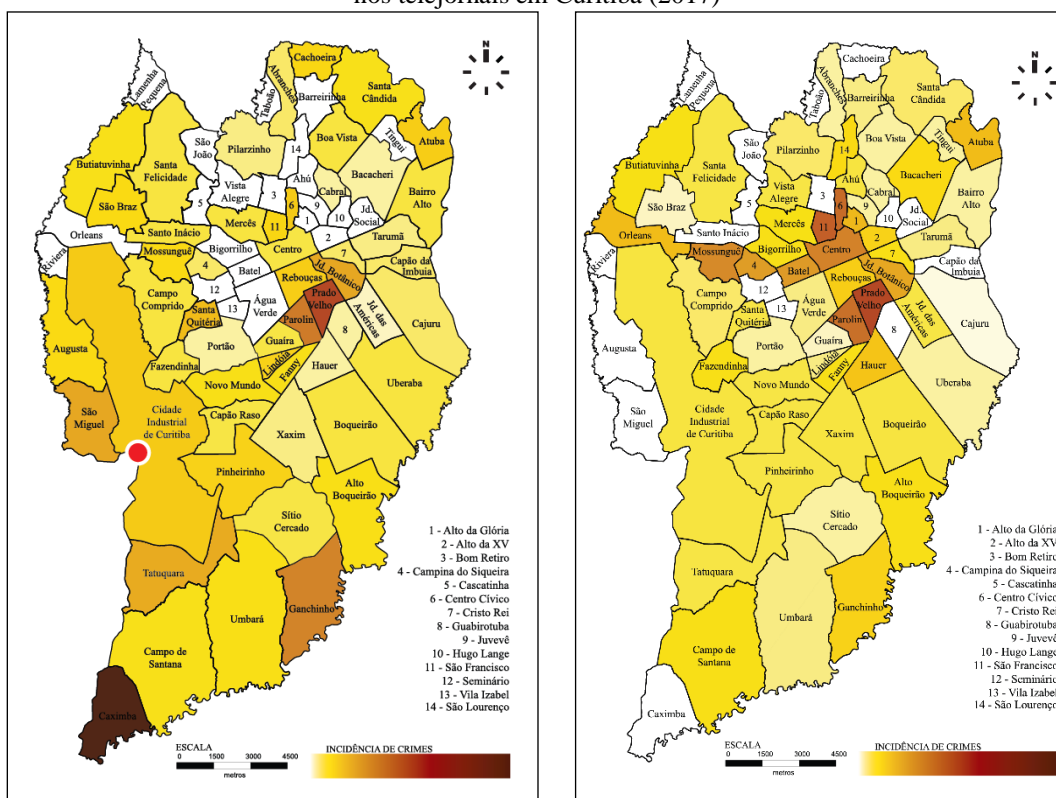
Pertencente à segunda regional com a maior taxa de homicídios (37,65 homicídios/100 mil habitantes), com base em dados de 2017, quando se olha especificamente para o bairro, ele possui os maiores números absolutos de violência. No recorte por taxa de homicídios, que permite de fato uma comparação mais criteriosa entre os índices de violência, a estigmatização é notória: a Regional Tatuquara, no extremo sul do município, que registrou a maior taxa de homicídios (40,52), mas foi a área com a menor incidência de exibição no *Tribuna da Massa* e a terceira menor no *Balanço Geral*, o que sugere certa *preferência*, uma questão de noticiabilidade, em cobrir crimes na Cidade Industrial, sobretudo, nas áreas mais periféricas.

Essa aparente *pré-disposição* deve ser vista a partir do histórico de violência que o local tem no imaginário social local. A estigmatização da Cidade Industrial como uma região perigosa se dá pela vinculação dos habitantes ao bairro, especialmente à juventude, característica ratificada pela maioria dos entrevistados. Localizado na zona oeste da capital paranaense, o bairro começou a ser habitado nos anos 1960 e é o maior em superfície territorial, embora pertença apenas à quinta regional mais populosa, com 187 mil habitantes (CURITIBA, 2018). Na década seguinte, houve, por meio de decreto municipal, a delimitação das zonas onde poderiam ser instaladas as indústrias, o que fez com que as fábricas, situadas até então no Rebouças, na Regional Centro, fossem transferidas. O progresso industrial foi acompanhado pelo crescimento desenfreado de áreas de ocupação. Das 381 ocupações não regularizadas do município, 55 estão no bairro (CURITIBA, 2015).

Os mapas abaixo (*Figura 1*) estabelecem visualmente um comparativo entre os números absolutos de crimes que resultaram em morte em Curitiba (esquerda) e as incidências de peças criminais midiaticizadas pelos programas (direita), bem como a demarcação das localidades onde foram realizadas as entrevistas da segunda parte. Os atos de violência dos telejornais foram agregados, independentemente da natureza. Os casos que resultaram em morte dispostos na primeira imagem são referentes a todo o ano de 2017, enquanto as da segunda lidam com um quadrimestre (em novembro os dois telejornais foram monitorados).

É importante frisar que por ser o maior bairro em extensão da capital, a Cidade Industrial agrega grandes desigualdades sociais. Devido a tais discrepâncias, ela é uma exceção. As limitações do mapa impedem a compreensão de como se estrutura o processo de estigmatização da região, embora funcione bem para os demais bairros. A invisibilidade das regionais Tatuquara (Campo de Santana, Caximba e Tatuquara) e Bairro Novo (Ganchinho, Sítio Cercado e Umbará), ambas na região sul da cidade, e a sobrevalorização de crimes contra o patrimônio no perímetro central são dois exemplos perceptíveis no segundo mapa.

Mapas 1 e 2 - Taxa de homicídios por bairro e distribuição dos crimes nos telejornais em Curitiba (2017)



Fontes: Paraná (2018) e Dados da Pesquisa (2018).

Ao verificar a existência de um processo de estigmatização da Cidade Industrial decorrente, portanto, do número absoluto de notícias, na etapa seguinte buscou-se refletir sobre como moradores do bairro, telespectadores dos noticiários, dialogavam com tais questões. Essas pessoas vivem no Diadema II e Sabará (ponto vermelho do primeiro mapa), áreas povoadas a partir dos anos 1980. Sujeitos históricos em busca do acesso à casa própria, todos os moradores, excetuado E6, fixaram-se na região entre meados das décadas de 1980 (por meio de ocupações irregulares) e 1990

(mediante um programa de regularização). Com exceção de E1, todos migraram do interior.

Os depoimentos corroboram que as relações entre os vizinhos são boas, ainda que haja certo consenso de que a afinidade se estabeleça do portão de casa para fora (E1, E3, E4, E6), essencialmente por questões de segurança. O policial militar aposentado E1, 60 anos, por exemplo, enfatiza que a família “não é de entrar na casa de ninguém”, assim como há rigor para permitir quem pode visitar a propriedade. Já E6, 40 anos, que trabalha com escolta armada, diz que a vizinhança é ótima porque a maioria é formada por “família cristã”. Para ele, a rua é “abençoada” e os residentes, mesmo que não se relacionem a ponto de entrarem na casa um do outro, se ajudam: “Você sai de casa, o vizinho cuida da sua casa. Quando a gente vê uma coisa suspeita, um já fala pro outro. A gente olha placa de carro que tá parado, já toma decisões, entendeu?” (E6).

A tranquilidade em circular pelas proximidades de casa tem relação direta com as percepções de pertencimento e de segurança, o que demonstra que a estigmatização produzida pelos noticiários não é verticalizada. Questionados sobre isso, os moradores se dividem entre aqueles que consideram o local tão violento como qualquer outro (E1, E2, E5) e aqueles que avaliam a região como segura (E3, E4, E6). Aqui chama a atenção a tendência de afastar, de certo modo, a violência da proximidade de casa. Foi regra que os participantes, ainda que todos tenham reconhecido que o lugar onde moram seja estigmatizado pelos noticiários estudados, ligassem os crimes, sobretudo, a outras localidades, quase sempre de forma coincidente com as representações dos telejornais. Bairros pertencentes à Regional Boqueirão (Alto Boqueirão, Boqueirão, Hauer e Xaxim), por exemplo, a segunda com mais casos de violência nos noticiários, foram citados por metade dos entrevistados (E1, E4, E5), algo que não ocorreu com nenhuma das demais regionais. Já na Região Metropolitana, metade dos entrevistados citou os municípios de Colombo (E1, E2, E6) e São José dos Pinhais (E1, E2, E3), as duas cidades metropolitanas mais estigmatizadas pelos noticiários. É importante observar que nos oito municípios metropolitanos com mais de 100 mil habitantes, excetuada a capital, Colombo (30,52) e São José dos Pinhais (35,58), ainda que com índices altos, registraram a terceira e a quarta menores taxas de homicídios.

O carpinteiro aposentado E3, 67 anos, avalia que não pode julgar a violência em outros lugares – embora tenha enumerado alguns bairros e municípios metropolitanos – devido ao fato de o próprio *Balanço Geral* frisar que a Cidade Industrial é a região “mais violenta”, algo de que ele discorda. Já a pensionista E2, 53 anos, que considera a sensação de insegurança ubíqua, vinculou imediatamente a violência à cidade do Rio de Janeiro, onde nunca esteve. Embora entenda que o lugar onde habita seja pouco policiado, ela se sente segura “pelo que eu consegui fazer na minha casa, fechar um pouco mais. Eu acho que eu tô um pouquinho mais segura” (E2).

A falta de policiamento é reiterada pelo comerciante autônomo E4, 60 anos, que também considera a localidade segura. Entende que “o índice de violência aqui do nosso bairro não é igual dos outros bairros que conheço por aí”, ainda que não haja a presença desses números nos telejornais que consome. Contudo, frisa que o policiamento ostensivo deva ser direcionado aos jovens, o que demonstra conflito – de essência ideológica – com outra comunidade de referência importante para a estigmatização nos telejornais: a juventude. Para ele, os jovens locais “não têm amor próprio” e, por isso, há necessidade de vigiá-los.

Afinal, a cobertura enfática de crimes gera mais implicações positivas ou negativas na vida cotidiana dos moradores e telespectadores da localidade? Se a veiculação corriqueira da violência reforça a estigmatização desses territórios para pessoas externas, por outro lado, para os moradores é unânime a ideia oposta: produz visibilidade. A zeladora e comerciante E5, 58 anos, enfatiza isso ao dizer que os programas se voltam às classes humildes. “A gente é meio abandonado, porque no jornal do estado⁵, no Jornal Nacional, é muito difícil falar alguma coisa de nós”, explica ao reiterar que o noticiário ao qual mais se identifica, o *Tribuna da Massa*, convergiu atenção para as periferias: “Ele veio nos *pobrão*, nesses que realmente precisavam de alguém para defender nós. Aí eu comecei a me interessar porque eu vi que eles estavam defendendo o povo. Eu estava sendo representada por eles” (E5).

Esse tipo de linha editorial da Rede Massa e da RICTV tem relevância para o grupo. Não foi incomum entre os respondentes a ideia de que preferem as duas

⁵ Pelo contexto da conversa, ela faz menção aos telejornais da RPCTV, afiliada da Rede Globo no Paraná.

emissoras à RPCTV. “O que eu olho e vejo nas televisões pequenas e me admiro [são] as notícias na favela, entendeu? Onde *tão* os policiais, onde *tá* a viatura passando... Porque a vida, a realidade mesmo é o povão, não adianta” (E6).

Os entrevistados avaliam como essencial a midiaticização da violência no bairro. Apesar de considerá-lo menos ou tão violento quanto outras regiões, endossam presença da polícia. Conforme a pesquisa que deu origem ao estudo, o resultado é a formação de uma comunidade de referência que partilha de visões de mundo voltadas à intolerância e ao conservadorismo.

5 Considerações Finais

Ao propor um diálogo entre taxa de homicídios e representações de violência em dois noticiários criminais curitibanos com percepções de telespectadores que vivem na Cidade Industrial, bairro mais estigmatizado pelos noticiários criminais *Balanço Geral* e *Tribuna da Massa*, no presente texto buscou-se refletir sobre como o jornalismo reforça a estigmatização de “regiões perigosas” e, por extensão, das pessoas que as habitam.

No início da pesquisa, havia um grande dilema sobre se a exibição de crimes nas regiões estudadas geraria mais implicações positivas ou negativas na vida cotidiana da audiência. Imaginava-se que haveria questionamentos por parte dessas pessoas sobre por que apenas casos de violência são midiaticizados nessas regiões. Todos enxergam, porém, a cobertura dos crimes como um recurso de visibilidade. Esse princípio se notabiliza quando, por exemplo, os entrevistados avaliam a região onde moram (a mais estigmatizada, segundo o monitoramento que compôs a primeira parte do estudo) como segura ao passo que sempre categorizam outros espaços geográficos como perigosos (muitas vezes de forma consonante às demais regiões mais estigmatizadas pelos telejornais).

A estratégia narrativa da estigmatização possibilita processos de identificação, mas, simultaneamente, cria não-identificação a partir da figura caricata do criminoso – a marginalização do bandido, aliás, é fundamental para que se produzam, no âmbito das mediações, a aceitação hegemônica das forças policiais, algo valorizado tanto pelos produtores, conforme aponta o monitoramento, quanto pelo público. Conforme

o estudo base, ao inibirem possibilidades de diálogo e de empatia com o outro, as narrativas criminais reforçam reiteradamente comunidades de referência que naturalizam a violência no cotidiano.

Se esse novo cenário produz dilemas à profissão, por outro lado, também abre brechas para que se avalie, a partir do espaço das mediações, o jornalismo como um mapa: compacto, sem a pretensão de apresentar meticulosos detalhes como vislumbravam os cartógrafos mencionados no conto de Jorge Luís Borges, mas essencial para que se conheça um território para além do alcance dos olhos. Em outras palavras, se esses noticiários criminais obtêm êxito editorial, característica que está longe de ser específica da cidade de Curitiba, essencialmente pela capacidade de cobrir temas locais, a singularidade de uma notícia precisa, levadas em consideração as questões de noticiabilidade, vincular-se dialeticamente à universidade do referido acontecimento midiático. Afinal, pouca ou nenhuma utilidade teria um mapa sem que se pudesse acessá-lo em sua totalidade.

REFERÊNCIAS

ATHAYDE, C.; BILL, MV; SOARES, L. E. **Cabeça de Porco**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

ANDRÉ, H. “**Violência fascinante em vidas tão normais**”: relações de estigmatização e invisibilidade social na recepção de noticiários criminais. 2018. 528 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

ANDRÉ, H. Quando dilemas viram rotinas: desafios éticos na produção de noticiários criminais. **Ação Midiática – Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura**, Curitiba, v. 21, p. 177-197, 27 jan. 2021.

BORGES, Jorge Luis. Del rigor en la ciencia. **Los Anales de Buenos Aires**, Buenos Aires, v. 3, nº 1, p. 53, 1946. Emecé Editores. Disponível em: <<https://bit.ly/2DrSjQP>>. Acesso em: 6 ago. 2020.

BRASIL. Daniel Cerqueira *et al.* Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (org.). **Atlas da Violência**. Rio de Janeiro: Ipea, 2018a. 69 p. Disponível em: <<https://bit.ly/3gCQYoW>>. Acesso em: 6 ago. 2020.

BURKE, Peter. A comunicação na história. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; HERSCHMANN, Micael (org.). **Comunicação e história: interfaces e novas abordagens**. Rio de Janeiro: Mauad X: Globo Universidade, 2008. p. 61-81.

CURITIBA. Ippuc. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (org.). **População: Estimativas**. 2018.

CURITIBA. Lucimara Wons. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (org.). **Nosso Bairro: Cidade Industrial**. Curitiba: Ippuc, 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/uR7Lj1>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

DUARTE JUNIOR, João Francisco. **Itinerário de uma crise: a modernidade**. Curitiba: Ed. UFPR, 1997.

EMERIM, Cárlica. Telejornalismo e semiótica discursiva. In: VIZEU, A. et al. (org.). **Telejornalismo em questão**. Florianópolis: Insular, 2014. p. 93-119.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina; JACKS, Nilda. **Comunicação e recepção**. São Paulo: Hackers Editores, 2005.

FAORO, Raymundo. A questão nacional: a modernização. **Estudos Avançados**, p. 7-22, 1992.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 14ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. ed. 2. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 64-89.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo**. Porto Alegre: Tchê, 1987.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo, Atlas, 1999.

HAMILTON, Fernando Arteché. Monitorando telejornais: desafios e perspectivas. In: CHRISTOFOLETTI, Rogerio; MOTTA, Luiz Gonzaga (org.). **Observatórios de Mídia: olhares de cidadania**. São Paulo: Paulus, 2008. p. 95-114.

HERSCOVITZ, Heloiza. Análise de conteúdo em jornalismo. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 123-142.

JACKS, N. **Querência**: cultura regional como mediação simbólica – um estudo de recepção. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

KAKUTANI, Michiko. **A morte da verdade**: notas sobre a mentira na era Trump. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo**: o que os jornalistas devem saber o e público exigir. São Paulo: Geração Editorial, 2003.

LAGE, Nilson. Conceitos de jornalismo e papéis sociais atribuídos aos jornalistas. **Revista Pauta Geral**, v. 1, nº 1, p. 20-25, 2014.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: Comunicação, cultura e hegemonia. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teoria da Comunicação**: ideias, conceitos e métodos. Petrópolis: Vozes, 2009.

MASSA, Rede. **Tribuna da Massa**. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/31v6RXW>. Acesso em: 8 ago. 2020.

O CANAL. **Curitiba**: audiências consolidadas, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017. Audiências consolidadas, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/38qB6nL>>. Acesso em: 6 jan. 2018.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira**: cultura brasileira e indústria cultural. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

PARANÁ. Secretaria Estadual de Segurança Pública e Administração Penitenciária. **Relatório Estatístico Criminal Quantitativo de Vítimas de Crimes Relativos à Morte Janeiro a Dezembro de 2017**: Paraná segundo municípios e Curitiba segundo bairros. Curitiba: Sesp, 2018.

PILLI, Luis. **Critério de classificação econômica Brasil**. São Paulo: Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa, 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3ah0pb1>>. Acesso em: 7 ago. 2020.

RICTV (Curitiba). **Balanço Geral Curitiba**. 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2XzQWgK>>. Acesso em: 6 ago. 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 2002.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 20ª ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2011.

SILVA, Gislene. Para pensar os critérios de noticiabilidade. In: SILVA, Gislene; SILVA, Marcos Paulo da; FERNANDES, Mario Luiz (org.). **Critérios de**

noticiabilidade: problemas conceituais e aplicações. Florianópolis: Insular, 2014. p. 51-69.

SODRÉ, Muniz. **A narração do fato:** notas para uma teoria do acontecimento. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

SODRÉ, Muniz. **Best-seller:** a literatura de mercado. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1988.

THOMPSON, John. B. **A mídia e a modernidade:** uma teoria social da mídia. 14ª ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

TOFF, B. et al. **What we think we know and what we want to know:** perspectives on trust in news in a changing world | Reuters Institute for the Study of Journalism. Oxford: 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3b5Yhp4>>. Acesso em: 2 jan. 2021.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo:** a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. 3. ed. Florianópolis: Insular, 2005.

WAISELFSZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2016:** homicídios por armas de fogo no Brasil. Rio de Janeiro: Flacso, 2017.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn (org.). **Identidade e diferença:** a perspectiva dos Estudos Culturais. ed. 15. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 7-72.

Recebido em: 10.01.2021

Aceito em: 06.05.2021